

Transforma Minas

Programa de Gestão de Pessoas por Mérito e Competência



Crédito: Gil Leonardi/Imprensa MG.

**Diretor de Inovação e
Desenvolvimento de Tecnologia da
Informação**

AGE



Diretor de Inovação e Desenvolvimento de Tecnologia da Informação

O Governo de Minas Gerais selecionará profissional para atuar na Diretoria de Inovação e Desenvolvimento de Tecnologia da Informação, para atuar na Advocacia Geral do Estado (AGE).

Escopo de atuação

Atribuições da posição

- Executar e gerenciar o todo o processo de desenvolvimento de sistemas, incluindo as manutenções corretivas e evolutivas nos sistemas existentes para atendimento das demandas da AGE;
- Implementar a gestão do conhecimento na área de inovação e desenvolvimento de TI.
- Apoiar o processo de otimização de processos, acompanhando a definição de fluxos de trabalho informatizáveis com as áreas responsáveis.
- Atender às diretrizes de padronização definidas pela área responsável, promovendo o uso estratégico da Tecnologia da Informação.
- Planejar e propor os processos de aquisição e contratação de soluções tecnológicas sob sua responsabilidade, integrando-as com as soluções de TI e ambiente tecnológico existentes;
- Supervisionar a elaboração da documentação dos sistemas de desenvolvimento interno.
- Viabilizar a integração e compatibilidade dos dados e aplicações, visando a disponibilizar informações com qualidade para subsidiar a tomada de decisões estratégicas, bem como fomentar a prospecção de tecnologias, padrões e práticas internacionalmente reconhecidas e propor, em conjunto com demais áreas, novas tecnologias, padrões, métricas e modelos de referência para permanente incremento e sustentação da capacidade de criação e manipulação de informações na organização;
- Assessorar as áreas demandantes na gestão técnica e no acompanhamento dos projetos referentes à TIC, desde a concepção até a entrega final e suporte do produto desenvolvido.
- Implementar e zelar pelo processo de governança e gestão de TIC da AGE, buscando otimizar a aplicação de recursos, mitigar riscos, reduzir custos e alinhar as estratégias de TI às da AGE, bem como assegurar e zelar pela confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados corporativos produzidos pela AGE e entidades vinculadas;
- Participar e acompanhar reuniões semanais de interação com fornecedores, apresentando as priorizações de atuação.
- Atuar como fiscal dos contratos de desenvolvimento e manutenção de sistemas da AGE.

Visão para o final de mandato

A visão para o final do mandato é de que o profissional tenha implementado processos de negócios mais sensíveis identificados pela assessoria de planejamento (assessoria estratégica pela nova legislação) que atua como ponte para a área finalística, que tenha contribuído com visão crítica para tomadas de decisões estratégicas e tenha criado procedimentos para gestão de projetos e gestão do conhecimento.

Projetos prioritários

- Atuar na fiscalização do contrato de desenvolvimento do sistema Tribunus, visando a implementação de melhorias de processos de negócio no sistema e melhoria arquitetural do sistema.
- Ampliar as integrações com sistemas corporativos e sistemas de processo judicial eletrônicos.
- Acompanhar e avaliar a construção de sistema voltado para a busca de bens e de monitoramento da dívida ativa.

Gestão de equipes

O profissional responde para o Superintendente que também será escolhido em processo seletivo. Fará a gestão direta de 1 diretoria com 7 profissionais.



Legenda do Organograma Simplificado:

- Box laranja: órgão de responsabilidade do cargo.
- Box azul: órgão gestor do cargo.
- Box verde claro: órgãos subordinados ao cargo.

Estimativa de orçamento da área

A estimativa de orçamento da área é de aproximadamente R\$ 2 milhões.

Perfil Desejado

O profissional deve ter um perfil técnico com habilidades comunicacionais, transformando linguagens técnicas para pessoas leigas em TI. Ser uma pessoa assertiva, atenta a detalhes, orientada para resultados, boa visão sistêmica, com capacidade em lidar com desafios e ter competência técnica na área. Boas habilidades de negociação e que consiga compreender a necessidade para pensar em soluções.

Pré-requisitos estabelecidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais

- Ser brasileiro.
- Ter mais de dezoito anos de idade.
- Ter cumprido com as obrigações militares fixadas em lei.
- Estar em gozo dos direitos políticos.
- Não participar da gerência ou administração de alguma empresa comercial ou industrial.
- Não exercer comércio ou participar de sociedade comercial (exceto como acionista, quotista ou mandatário).

Pré-requisitos adicionais desta posição

- Ensino superior completo em instituição reconhecida pelo MEC.
- Notório conhecimento na área de Ciência da Computação ou afins.
- Experiência comprovada por no mínimo de 2 anos na área de desenvolvimento.
- Conhecimento em de banco de dados.
- Conhecimento em compiladores de linguagem ou linguagens de programação (JAVA e PHP).
- Pacote Office intermediário.

Requisitos desejáveis

- Contato com a fiscalização de contratos administrativos.
- Ter experiência com captação de recurso e execução de parcerias.
- Inglês básico para leitura.

Informações da Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais

A Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais possui como atribuição a representação judicial e extrajudicial do Estado de Minas Gerais e suas entidades. Para tanto, conta com Procuradorias Especializadas, Advocacias Regionais e Escritórios Seccionais, que atuam no contencioso judicial. Além disso, é responsável pelo assessoramento jurídico de todo o Estado de Minas Gerais, chefiado pela Consultoria Jurídica, pela uniformização de teses jurídicas na defesa do Estado de Minas Gerais e pela Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos.

O crescimento exponencial da demanda de trabalho da AGE, o incremento histórico de processos judiciais, a modernização, a passos largos, do Poder Judiciário e a inserção dos Poderes do Estado à realidade virtual, exigiram da AGE busca por soluções para as causas dos problemas que envolvem a AGE.

Importa notar que referido incremento do volume de ações judiciais e a massificação das demandas é característica observada desde a implementação da nova ordem constitucional, que trouxe a ampliação dos direitos prestacionais exigíveis do Estado. Contudo, a capacidade de resposta do Estado aos anseios sociais não cresce na mesma proporção que as demandas, o que culminou no fenômeno da judicialização das políticas públicas.

Nesse sentido, é imprescindível que a administração pública promova a utilização de métodos alternativos na solução de conflitos em que o Estado de Minas Gerais e suas entidades sejam parte de modo que a redução de conflitos de massa permita ao Poder Executivo retomar o protagonismo na proposição de políticas públicas.

Nada obstante, há um grande passivo de ações a serem defendidas pela AGE, fato que carece da adoção de soluções que automatizem ao máximo os fluxos administrativos, focadas na integração com os sistemas do Poder Judiciário e do Poder Executivo.

Atualmente, a instituição dispõe de sistema de informação responsável pelo acompanhamento dos processos judiciais, que é utilizado para captura, via integração, de dados e informações com os sistemas do Poder Judiciário. Os processos e recursos que envolvam o Estado de Minas Gerais e suas entidades são, portanto, registrados no referido sistema.

A evolução tecnológica e implementação de soluções informacionais é um dos pontos centrais na Advocacia. Tanto é que tem articulado junto ao CONPEG (Colégio Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal), a disponibilização pela Advocacia-Geral da União do sistema utilizado por aquela instituição, já que possui mais fluxos de trabalho automatizados.

Desafios e potencialidades governamentais do órgão nos próximos anos

- Apoio à busca do Acordo de Ajuste Fiscal e Prevenção de Controvérsias, mudando a visão do Estado para dar enfoque na atuação preventiva.
- Desjudicialização em um contexto de demandas de massa de modo a buscar métodos alternativos de solução de conflitos.
- Aperfeiçoamento tecnológico a fim de utilizar ferramentas tecnológicas e as melhorias de processos à disposição da tecnologia como instrumento para lidar com judicialização em massa.
- Continuar esforços de melhoria de qualidade do atendimento dentro da realidade orçamentária atual.

Advogado-Geral do Estado

Sérgio Pessoa de Paula Castro.

[Clique aqui para acessar o site oficial da Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais](#)

Mais Informações

Remuneração e benefícios

- Remuneração mensal: R\$ 5.000,00.
- Férias e 13º salário proporcionais ao tempo trabalhado.
- Vale-refeição: R\$ 47,00 por dia útil.
- Plano de saúde opcional com coparticipação.
- 40 horas semanais com flexibilidade de entrada, saída e almoço. O horário diário deve ser cumprido preferencialmente entre 08h e 19h.
- Dedicção exclusiva. O Art. 24º, § 2º, do Decreto nº 46.557/2014, dispõe sobre a dedicação de cargos comissionados.

Formato de contratação

Cargo comissionado.

Local de trabalho e disponibilidade para viagens

O local de trabalho é na Avenida Afonso Pena nº 4000, Bairro Cruzeiro, em Belo Horizonte. O prédio é acessível para pessoas com necessidades especiais.

[Clique aqui para se inscrever](#)